

RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.675 - GO (2017/0134157-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **ALMINDO TOMAZ CANTUÁRIO**
RECORRENTE : **IRENE TOMAZ DE CANTUÁRIO**
RECORRENTE : **VICENTE TOMAZ CANTUÁRIO**
ADVOGADO : **FRANCISVAL SOUZA NERES E OUTRO(S) - GO014601**
RECORRIDO : **BRADESCO SEGUROS S/A**
ADVOGADO : **MARISTELA DE FARIAS MELO SANTOS E OUTRO(S) - RJ135132**

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **VICENTE TOMAZ CANTUÁRIO e OUTROS** com fundamento nas alínea *a*, inciso III, art. 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Goiás, assim ementado (fl. 257, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. AFASTABILIDADE. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO (ART. 487, II, CPC). I - A preliminar de ilegitimidade passiva não prospera. A apelante compõe todo um arcabouço consorcial entre todas as seguradoras do país, tornando-se parte de um todo e responsável solidariamente pelas obrigações securitárias advindas do DPVAT. II – a pretensão dos apelados surgiu quando da morte do pai. Pelo que se apura nos autos, ele faleceu em 19 de fevereiro de 1994. O Código Civil entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2003. Passaram-se, então, pouco mais de nove anos entre ambas as datas. Isso significa que o prazo prescricional passou a ser o estipulado pelo estatuto civil posterior e não aquele prazo vintenário previsto no Código Civil de 1916, nos termos do que se deve interpretar do artigo 2.028, do Código Civil. Só seria vintenário o prazo se houvesse transcorrido mais de dez anos. III - A ordem hereditária estipulada pelo artigo 4o, da lei nº 6.194/74 (Art. 4o - A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros; - Grifei), antes de sua alteração pela lei nº 11.482/07, deve ser levada em conta dada sua especialidade frente ao Código Civil. Assim, o direito sucessório dos apelados deflagrou-se somente após a morte do pai deles. IV - Hodiernamente, o seguro, por força do artigo 792, do Código Civil, deverá ser pago conjuntamente. Na época da morte do pai dos apelados, como visto acima, o pagamento era sucessivo. Neste diapasão, o prazo prescricional passou a ser trienal, nos termos do previsto no artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil. APELO PREJUDICADO. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA DE OFÍCIO. SENTENÇA CASSADA.

Não foram opostos embargos de declaração.

Em suas razões recursais (fls. 262/266, e-STJ), os recorrentes sustentaram negativa de vigência ao art. 2.028 do Código Civil, bem como violação aos artigo violação

ao art. 6º, parágrafos 1º e 2º do Decreto-Lei n.4.657/42 e art. 5º, XXXVI da Constituição Federal. Argumentaram não ter transcorrido o prazo prescricional.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso na origem (fls. 272/275, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte

É o relatório.

Decide-se.

O recurso especial merece ser provido.

1. A jurisprudência do STJ consolidou a tese de que, a partir da entrada em vigor do Código Civil de 2002 (11.01.2003), o prazo prescricional para o exercício da pretensão de cobrança relacionada ao seguro obrigatório (DPVAT) é de três anos, conforme o disposto no inciso IX do § 3º do artigo 206.

A referida exegese restou cristalizada na Súmula 405/STJ, *verbis*:

A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.

Sendo cediço que o aludido prazo prescricional era de vinte anos sob a égide do Código Civil de 1916 (artigo 177), é de rigor a observância da regra de transição de que trata o artigo 2.028 do Código Civil de 2002.

Assim, se em 11.01.2003 houvera decorrido mais de dez anos do prazo prescricional em curso, a contagem continua a obedecer a norma revogada. Contudo, se transcorrer, naquela data, menos de dez anos, inicia-se a contagem do prazo trienal previsto na legislação nova. Precedentes: **AgRg no Ag 1.197.958/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 15.04.2010, DJe 27.04.2010; **AgRg no REsp 1.161.157/MT**, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), Terceira Turma, julgado em 23.02.2010, DJe 10.03.2010; **AgRg no Ag 1.088.420/SP**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 23.06.2009, DJe 26.06.2009; e **AgRg no Ag 1.133.073/RJ**, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 18.06.2009, DJe 29.06.2009.

A morte causada por acidente de trânsito constitui fato jurídico ensejador da pretensão de cobrança do seguro obrigatório em seu valor total.

Contudo, como consabido, o pagamento administrativo (supostamente a menor) da indenização securitária configura ato inequívoco que importa em reconhecimento do direito pelo devedor (no caso, a seguradora), configurando **causa interruptiva do marco prescricional**, à luz do disposto no inciso VI do artigo 202 do Código Civil de 2002 (artigo 172, inciso V, do Código Civil de 1916).

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA DE
COMPLEMENTAÇÃO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. TERMO A QUO
DO PRAZO. PAGAMENTO PARCIAL.

1. A data do pagamento parcial do seguro DPVAT é o termo inicial para a contagem do prazo prescricional relativo à pretensão ao recebimento integral da respectiva verba indenizatória.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 479.896/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 28/03/2016; grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PAGAMENTO PARCIAL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. TERMO INICIAL.

1. O aresto hostilizado foi proferido em consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte, segundo a qual, **na hipótese de pagamento parcial do seguro DPVAT, este deve ser o termo inicial para a contagem do prazo prescricional relativo à pretensão ao recebimento integral da respectiva verba indenizatória.**

2. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 178.937/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 07.08.2012, DJe 04.09.2012)

Na hipótese ora em foco, a morte ocorreu em **24.03.1989**, tendo sido efetuado o pagamento administrativo (considerado inferior ao devido) em **28.07.1989**. Assim, da data do pagamento administrativo supostamente a menor até o início da vigência do Código Civil de 2002 (11.01.2003), passaram-se mais de 10 (dez) anos (12 anos e 3 meses), razão pela qual aplicável a regra prescricional vintenária prevista na norma revogada (artigo 177 do Código Civil de 1916).

Assim, encontrando-se a decisão do Colegiado estadual em dissonância com a jurisprudência desta Casa, inarredável a reforma do acórdão.

1.1. Registre-se, ainda, que o falecimento do pai dos recorrentes não fez nascer "nova" pretensão - mas, tão somente, a substituição dos herdeiros nos direitos do falecido.

Isso porque, a pretensão dos recorrentes, como herdeiros, apresenta-se em substituição ao cônjuge (falecido) da vítima do acidente - e não como beneficiários diretos da indenização decorrente do acidente (já que, à época do acidente, conforme assentado pela própria Corte de origem, o cônjuge da vítima era vivo e, portanto, legitimado à receber a indenização).

Logo, não há como considerar, como entendeu a Corte de origem, o falecimento do pai dos recorrentes como marco inicial da prescrição.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial a fim de afastar a prescrição, determinando o retorno dos autos à Corte de origem para continuidade do julgamento da apelação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator